

## AS AUTODEFESAS UNIDAS DA COLÔMBIA (AUC) E SUA ESTRATÉGIA PARAMILITAR NO FIM DO SÉCULO XX: ORIGEM, ORGANIZAÇÃO E IDEOLOGIA

*THE UNITED SELF-DEFENSES OF COLOMBIA (AUC) AND ITS PARAMILITARY  
STRATEGY AT THE END OF THE 20TH CENTURY: ORIGIN, ORGANIZATION AND  
IDEOLOGY*

Flávia Foresto Porto da Costa<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, PR, Brasil.  
E-mail: [flaviaforesto@gmail.com](mailto:flaviaforesto@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1811-8376>.

Recebido em: 04/04/2021 | Aceito em: 09/06/2021.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0

## RESUMO

Criadas em 1994 como uma confederação de exércitos privados colombianos, as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) marcaram uma expansão do paramilitarismo e um recrudescimento do conflito armado naquele país, tendo sido atuantes até seu processo de desmobilização, em 2002. Buscando compreender as origens, a organização e os discursos desse fenômeno paramilitar, o presente trabalho realiza uma pesquisa bibliográfica e documental que inclui, entre outros, os documentos originais das AUC e entrevistas com suas principais lideranças. Verifica-se que as AUC constituíram, por um lado, uma continuidade em relação ao paramilitarismo das doutrinas contrainsurgentes da Guerra Fria e aos grupos de civis armados financiados por narcotraficantes e proprietários de terra do final dos anos 70, e, por outro, um ponto de inflexão da estratégia paramilitar na Colômbia, quando esses exércitos buscam se projetar como atores políticos e independentes diante da opinião pública, buscando imitar pelo avesso a retórica e as estruturas guerrilheiras.

**Palavras-Chave:** Paramilitarismo; Contrainsurgência; Colômbia.

## ABSTRACT

Created in 1994 as a confederation of Colombian private armies, the United Self-Defense Forces of Colombia (AUC) marked an expansion of paramilitary and a renewed armed conflict in that country, having been active until its demobilization process in 2002. Seeking to understand the origins, the organization and the speeches of this paramilitary phenomenon, the present work conducts a bibliographic and documentary research that includes, among others, the original documents of the AUC and interviews with its main leaders. It appears that the AUC constituted, on the one hand, a continuity in relation to the paramilitarism of counterinsurgent Cold War doctrines and groups of armed civilians financed by drug traffickers and landowners in the late 1970s, and, on the other hand, a point inflection of the paramilitary strategy in Colombia, when these armies seek to project themselves as political and independent actors before the public opinion, trying to imitate the rhetoric and guerrilla structures inside out.

**Keywords:** Paramilitarism; Counterinsurgency; Colombia.



## 1. INTRODUÇÃO

Lançadas para a opinião pública em 1997 como um movimento nacional com uma plataforma política própria, as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) foram criadas para dar visibilidade e legitimidade política a exércitos privados que se expandiam desde a década de 1980, impulsionados por membros do Exército e polícia, treinados por mercenários estrangeiros e apoiados por políticos dos partidos tradicionais, pecuaristas, empresários, narcotraficantes e multinacionais. Carlos Castaño, ex-sicário do Cartel de Medellín e treinado por mercenários israelenses, desponta, na década de 90, como a principal liderança das autodefesas diante dos veículos midiáticos, que colaboram na construção de sua imagem como a de um “Robin Hood da classe média”, isto é, o salvador daqueles que não podiam contar com o Estado e segurança privada para se proteger da guerrilha (Zelik, 2015).

A despeito da retórica de combate às guerrilhas, as ações das AUC consistiram bem mais em golpear suas “bases de apoio” do que em confrontações armadas diretas com grupos guerrilheiros. Através dos constantes massacres – aos paramilitares são atribuídos 1.166 massacres que deixaram mais de 7 mil vítimas, além de quase 9 mil assassinatos seletivos<sup>2</sup> – as AUC se expandiram e consolidaram controle e influência sobre amplas regiões do território colombiano, tomando áreas estratégicas do negócio do narcotráfico entre o norte e o centro do país. Além disso, as expropriações e os deslocamentos forçados no campo favoreceram um aumento da concentração fundiária – processo conhecido como *contrarreforma* agrária – tornando lideranças narcoparamilitares grandes proprietários de terra<sup>3</sup>.

Nesse período, a expansão das autodefesas foi também política: além de numerosas lideranças políticas locais e regionais, 1/3 do Congresso Nacional estava sob controle dos paramilitares em 2002, informação revelada no que ficou conhecido como “escândalo da parapolítica” (Hylton, 2010; Zelik, 2015). Em 2001, os Estados Unidos incluíram as AUC

<sup>2</sup> Semana. La escala de la violencia y sus responsables. Disponível em: <http://especiales.semana.com/especiales/escala-violencia-colombia/index.html>. [Acesso em: 10 Set. 2018].

<sup>3</sup> Segundo um estudo de 2005 da *Consultoria para los Derechos Humanos y el Desplazamiento* (CODHES), no período de 1997 a 2003 as AUC se apropriaram ilegalmente de quase 5 milhões de hectares de terras [*El Tiempo* (2004). *Paras con casi 5 millones de hectáreas*. 21 Dez. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-1555654>. [Acesso em: 12 Set. 2018]].



na lista de organizações terroristas do mundo em razão de seus nexos com o narcotráfico. Tais revelações e escândalos, que vieram à público em meio a um conturbado e controverso processo de desmobilização, enfraqueceram as narrativas legitimadoras do paramilitarismo na mídia tradicional, a qual passa a publicar denúncias e informes há anos realizados por organizações dos direitos humanos.

O estudo<sup>4</sup> trabalha com a hipótese de que as AUC foram parte de uma sofisticação da estratégia contrainsurgente que combinou táticas de terror e limpeza social com propaganda e desinformação, a fim de estabelecer uma hegemonia conservadora-autoritária e enfraquecer alternativas de esquerda e minimamente progressistas. Analisamos o paramilitarismo como parte da estratégia de contrainsurgência, a qual tem origem, na Colômbia, com os manuais militares da Guerra Fria inspirados na Doutrina de Segurança Nacional (DSN)<sup>5</sup> propagada por Washington.

Nota-se, ainda, a persistência do fenômeno paramilitar e de terror político na história republicana da Colômbia, marcada por uma singular combinação entre estabilidade institucional – com poucos e breves golpes de Estado, tornando o país conhecido como “a democracia mais antiga das Américas” (Hylton, 2010) – e uma persistente e cruenta violência política. No cerne dessa violência política encontra-se, por sua vez, a repressão – ou, como mais tarde se passaria a chamar, a contrainsurgência – das elites políticas e econômicas direcionada contra as classes populares. O massacre e o deslocamento forçado de camponeses, a repressão aos sindicatos e o assassinato de lideranças populares – todos estes acompanhados de impunidade e amnésia coletivas – fazem parte da história e do cotidiano do país, considerado o mais perigoso do mundo para a atividade

<sup>4</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – através da Bolsa de Demanda Social (DS).

<sup>5</sup> Doutrina de combate ao comunismo e à subversão difundida pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Tem como principais características a centralidade da noção de segurança nacional; a ideia de guerra total, isto é, a percepção de que se vivia um estado de conflito permanente contra o comunismo; a defesa de interesses nacionais; o combate ao inimigo, representado no plano externo pela União Soviética, e no plano interno por todas as formas de oposição política e protesto social que questionem a ordem (Comblin, 1978).



sindical<sup>6</sup> e um dos quatro com maior número de assassinatos de ativistas<sup>7</sup>. Assim, a brutal perseguição aos grupos subalternos cumpriu sua função de manter uma ordem oligárquica e excludente, concentrando terras, riquezas naturais e poder político nas mãos de poucas famílias.

Tenta-se apreender, dessa forma, a complexidade e a particularidade do fenômeno paramilitar na Colômbia entre 1997, quando as AUC são fundadas, até o início de sua desmobilização, em 2002. Para isso, considerou-se múltiplos aspectos que incluíram o *modus operandi* das AUC, sua estrutura organizativa, principais lideranças, retórica, fontes de financiamento e suas relações com outros atores e, em especial, com o Estado. O trabalho pretende dar uma pequena contribuição para a construção de um debate sobre o fenômeno paramilitar no contexto acadêmico brasileiro, chamando atenção para a atualidade e a pertinência deste tema para a compreensão do processo de progressiva militarização de nossas sociedades e da transformação da estratégia contrainsurgente.

## 2. O PARAMILITARISMO: CONCEITO E FENÔMENO

No *Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa* (Ferreira, 2009)<sup>8</sup>, o verbete *paramilitar* é relacionado a “corporações particulares de cidadãos, armados, fardados e adestrados, que não fazem parte do exército ou da polícia de um país” (Ferreira, 2009, p. 1491). De origem grega, o prefixo *para* dá ideia de contiguidade e de paralelismo, ou seja, a expressão *paramilitar* denota uma condição de extensão e apoio coercitivo às forças militares oficiais a fim de configurar e manter a ordem interior (Franco Restrepo, 2009, p. 364).

O paramilitarismo está associado à estratégia de *contrainsurgência*<sup>9</sup>. A despeito de seu caráter irregular e, muitas vezes, ilegal, grupos paramilitares tendem a ser pró-Estado

<sup>6</sup> De 1977 a 2013, foram assassinados mais de 3 mil sindicalistas no país [BBC (2013). Colômbia: el país más peligroso para ser sindicalista. 1 Mai. (Disponível em: [https://www.bbc.com/mundo/noticias/2013/05/130430\\_colombia\\_sindicalismo\\_peligros\\_aw](https://www.bbc.com/mundo/noticias/2013/05/130430_colombia_sindicalismo_peligros_aw). [Acesso em: 18 Jul. 2018]].

<sup>7</sup> *Folha de São Paulo* (2018). Brasil está entre os quatro líderes globais em homicídios de ativistas. 17 Mar. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/brasil-esta-entre-os-quatro-lideres-globais-em-homicidios-de-ativistas.shtml>. [Acesso em: 12 Ago. 2018].

<sup>8</sup> Ferreira, A. B. H. (2009) *Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo.

<sup>9</sup> A noção de contrainsurgência foi desenvolvida por teóricos militares britânicos e, principalmente, franceses (destacando-se Roger Trinquier), para o enfrentamento da resistência – por parte dos povos africanos e asiáticos – à expansão imperialista dos séculos XIX e XX. O modelo de guerra contrainsurgente, isto é, assimétrica (pois o oponente não é um exército estatal, mas civis rebeldes como guerrilheiros ou *partisans*), e irregular (pelo uso de métodos não-



ou *pró-status quo*, e se responsabilizam pelo combate à insurgência ao *establishment*. Este fato também explica a atitude conivente dos aparatos estatais em relação à violência dos paramilitares, ambos tendo a insurgência como um inimigo em comum.

Com uma proposta de conceituação teórica mais abrangente sobre o fenômeno, Kalyvas e Aryjona (2005) apresentam uma tipologia com base nas dimensões centrais do fenômeno paramilitar: tamanho e alcance territorial, que incluem e classificam grupos de vigilantes, esquadrões da morte, milícias de autodefesa e exércitos paramilitares de acordo com suas dimensões; e nível de recursos disponíveis e a relação desses grupos com o Estado. Sobre o financiamento de grupos paramilitares, as variáveis incluem fontes que nem sempre advém do Estado, como é o caso da milícia Kamajor, de Serra Leoa, financiada pelo tráfico de diamantes, e mesmo das AUC, das quais a maior parte de ingressos era fruto da atividade do narcotráfico. O grau de relação com o Estado também é muito variável: há grupos formados pelo próprio Exército ou polícia de forma aberta ou clandestina, como também existem as formações relativamente independentes do Estado, que, por sua vez, as tolera por terem o mesmo inimigo em comum.

É importante, ademais, estabelecer uma diferenciação entre os termos *paramilitar* e *autodefesa*, visto que este último corresponde à forma como as AUC se autorreivindicaram desde os primórdios da organização. De acordo com a revisão proposta por Cardona Chaves (2014), uma classificação é a de Mauricio Romero (2003), que caracteriza *autodefesas* enquanto agrupações organizadas para se defenderem de um agressor e manterem o controle sobre um determinado território, sem pretensões de expansão. *Paramilitares* seriam, por sua vez, grupos armados que promovem operações de limpeza política e consolidação militar, com o intuito de dominar uma determinada área.

Raul Zelik (2015) explica a origem do uso do termo *autodefensa campesina* no contexto de violência política na Colômbia e questiona uma apropriação desse termo por parte dos paramilitares, já que, historicamente, o termo *autodefensa campesina* era referente às milícias de camponeses expropriados e perseguidos durante o período da

---

convencionais e ilegais, como a tortura, sabotagens, propaganda, desinformação, emprego de grupos paramilitares, entre outros) seria apropriado e aperfeiçoado pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria (Zelik, 2015).



Violência<sup>10</sup>, e que a partir de 1964 formariam a guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)<sup>11</sup>. As “autodefesas” de Castaño surgem, por sua vez, como grupos armados a serviço de pecuaristas e empresários do setor bananeiro, e suas ações foram responsáveis por gerar um processo de concentração de terras.

### 3. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A organização de grupos civis armados com fins de repressão e pacificação social não era uma novidade na trajetória colombiana até a ascensão das AUC. Durante o período da Violência, voluntários se aliaram à polícia e ao Exército para formar grupos de *chulavitas* e de *pájaros* para perseguição de liberais e comunistas em prol dos interesses do Partido Conservador. Sem considerar esses grupos de *pájaros* e *chulavitas*, Zelik (2015)<sup>12</sup>, por sua vez, formula quatro fases do paramilitarismo colombiano:

- a) Anos 70: Criada pelo Batalhão de Inteligência e Contraineligência Ricardo Charry Solano (Binci) e por altos escalões das Forças Armadas, a Ação Americana Anticomunista (AAA) foi um esquadrão da morte que sequestrou e desapareceu com supostos militantes da guerrilha, perpetrou atentados contra diversos jornais alternativos e enviou ameaças de morte a políticos e juízes de tendência democrata.
- b) Anos 80: década de surgimento e expansão de diversas estruturas contrainsurgentes, como o grupo *Muerte a los Secuestradores* (MAS), criado pelos

<sup>10</sup> *La Violencia* foi a guerra civil entre os partidos Conservador e Liberal que compreende o período de 1946 a 1958. Além do sectarismo político, o conflito foi marcado por uma repressão feroz contra movimentos populares na cidade e no campo, os quais alcançaram um nível máximo de radicalização política na grande revolta popular conhecida como *Bogotazo*, a partir de 9 de abril de 1948, devido à fúria e comoção pelo assassinato do líder liberal Jorge Eliécer Gaitán. Apesar da contenção da revolta, a repressão permaneceu por anos em outras regiões do país e, principalmente, no campo, onde foram formadas as guerrilhas liberais e comunistas como forma de autodefesa ao terror oficial da polícia empregado pela polícia *chulavita* e por grupos de civis conhecidos como *los pájaros*, ambos fiéis ao Partido Conservador. Aproximadamente 200 mil pessoas foram mortas nesse período, segundo Paul Oquist. (Centro Nacional de Memória Histórica, 2013, p. 115)

<sup>11</sup> As FARC nasceram de autodefesas ligadas ao Partido Comunista nos departamentos de Cundinamarca e Tolima, especialmente após a Operação Marquetália, em 1964, quando Exército bombardeou este enclave comunista.

<sup>12</sup> Zelik (2015) faz uma crítica à tese – difundida por parte da bibliografia sobre o tema – que coloca os grupos de *pájaros* e *chulavitas* como precursores do fenômeno paramilitar na Colômbia. O autor considera que, sendo o termo paramilitar referente a uma estrutura armada que mantém relação próxima ao Estado, o caso das milícias conservadoras nas décadas de 40 e 50 não entrariam nessa categoria, já que o Estado ainda não seria um agente político até a criação da Frente Nacional (1958), tendo sido essa última um pacto firmado pelos partidos Liberal e Conservador por uma divisão equitativa do poder através da ocupação alternada da Presidência e da partilha igualitária de cadeiras no Congresso. Nesse período, inicia-se um processo de unificação e homogeneização do poder estatal, uniformizando a luta contrainsurgente. O autor acredita que a Violência é explicada por um sectarismo partidário e pela disputa pelo governo, apesar das contradições sociais que deram o tom do conflito.



chefes do narcotráfico contra os sequestros extorsivos da guerrilha; e as “autodefesas” organizadas por comerciantes e fazendeiros no Magdalena Médio, as quais, com o apoio do Exército, passaram a enfrentar não apenas a guerrilha, mas também a esquerda política e sindical da região. No final desse período tem início a expansão de grupos paramilitares e de ocorrência de massacres em Urabá e Antioquia, dentre os quais estão os grupos dos irmãos Castaño.

- c) Anos 90: década de reestruturação e expansão de grupos paramilitares, que adquirem um discurso político diante da opinião pública. Foram expressões dessa nova fase as Autodefesas Camponesas de Córdoba e Urabá (ACCU), criadas em 1994; e seu posterior desdobramento nas Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), em 1997. Em ambas as experiências, a participação dos irmãos Castaño – Carlos, Fidel e Vicente – foi central.
- d) Anos 2000: após o término da desmobilização das AUC, em 2006, o paramilitarismo não desaparece, mas passa por uma atomização, na qual passam a ser conhecidas as Bandas Criminais Emergentes (Bacrim) ou grupos neoparamilitares.

A estratégia paramilitar propriamente dita surge na Colômbia com a influência da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), no contexto da Guerra Fria. Deste período datam os primeiros manuais de contrainsurgência publicados pelo Exército colombiano, sob influência da DSN. Estes documentos comprovam um giro radical na doutrina tradicionalmente utilizada pelas Forças Armadas, que, se antes manifestavam maior preocupação em combater o “exército inimigo”, naquele momento passam a focar na população como um todo, dentro das fronteiras nacionais, isto é, o “inimigo interno”. O Exército passara a organizar suas primeiras formações paramilitares, que foram as “forças camponesas de autodefesa”, grupos de camponeses selecionados pela polícia, párocos e fazendeiros que, sobre o controle direto das Forças Armadas, cumpriam tarefas policiais, militares e de inteligência. Foram também formados esquadrões da morte batizados de *localizadores*, que eram encarregados de assassinar guerrilheiros e só prestavam contas ao governo estadunidense (Cantor, 2015, p. 34; Hylton, 2010, pp. 89-90). O recrutamento de guias e informantes era um dos preceitos dos manuais de contraguerrilha do exército.





A prestação de serviços às Forças Armadas – seguida por um processo de treinamento, organização e recrutamento tutelado por militares na ativa ou na reserva – aparece na trajetória de vários outros chefes paramilitares, como o próprio Carlos Castaño<sup>13</sup> Salvatore Mancuso<sup>14</sup> e Ramón Isaza<sup>15</sup>.

A partir do final dos anos 70, esses esforços contrainsurgentes de forças estatais recebem um apoio cada vez maior de uma classe emergente de contrabandistas e narcotraficantes, conformando exércitos privados a fim de prevenir os prósperos negócios não só das guerrilhas mas de outras formas de insurgência e protesto social. É principalmente a economia do narcotráfico que impulsiona e fortalece o fenômeno paramilitar na Colômbia, que se expandirá na década de 80 através das milícias de autodefesa armadas e da experiência contrainsurgente na região do Magdalena Médio, com a formação da aliança entre agentes estatais com pecuaristas e narcotraficantes.

Nesse contexto, os irmãos Castaño – que eram provenientes do departamento de Antioquia, onde tinham negócios ilegais junto ao Cartel de Medellín – expandiram suas “autodefesas” para o departamento de Córdoba até a região de Urabá<sup>16</sup>, cuja saída para o mar era estratégica para a exportação de cocaína. Após a execução de diversos massacres – só em 1988 foram assassinadas 42 pessoas –, os paramilitares conseguem retirar a hegemonia da esquerda e das guerrilhas na região. Com o apoio do empresariado bananeiro, a violência das “autodefesas” retirou a histórica influência das Farc e do Exército Popular de Libertação (EPL)<sup>17</sup> dos sindicatos rurais.

<sup>13</sup> Um dos mais jovens dos irmãos Castaño, Carlos começa a atuar ao lado de seu irmão Fidel em negócios ilegais, atuando como sicário no Cartel de Medellín e nas fileiras do grupo paramilitar *Muerte a los Secuestradores* (MAS). Paralelamente, os irmãos serviam como guias e informantes do batalhão Bomboná, em Segovia (Antioquia)

<sup>14</sup> Próspero pecuarista de Montería (capital de Córdoba), Salvatore Mancuso Gómez e seu grupo armado se unem às “autodefesas” dos irmãos Castaño em 1993. [Martinez, T. (2008) El guardaespaldas de Mancuso. *Verdad Abierta*. 24 Nov. Disponível em: <http://www.verdadabierta.com/victimarios/545-el-guardaespaldas-de-mancuso>. [Acesso em: 20 Jul. 2017]].

<sup>15</sup> O também pecuarista Ramón Isaza Arango foi um dos fundadores, ainda nos anos 80, das Autodefesas Campesinas do Magdalena Medio. [Verdad Abierta. (2010). *La máquina de guerra de Ramón Isaza*. 24 Set. Disponível em: <https://verdadabierta.com/la-maquina-de-guerra-de-ramon-isaza/>. [Acesso em: 13 Out.2020]].

<sup>16</sup> Região situada no noroeste colombiano, estendendo-se até a fronteira com o Panamá, incluindo o Golfo de Urabá. Historicamente, o Urabá se apresenta como uma zona geoestratégica relevante por sua condição de porto, sua proximidade com sistemas montanhosos e selváticos, assim como a existência de cultivos extensivos, especificamente de banana. Estas características tornaram Urabá uma região-chave para os grupos armados irregulares, que buscam se aproveitar de suas condições geográficas para o ingresso de mercadoria de contrabando, do tráfico ilegal de armas e da entrada de insumos químicos para o processamento da coca, bem como para o embarque de narcóticos para os países da América Central” (Observatorio del Programa Presidencial de Derechos Humanos y DIH, 2010).

<sup>17</sup> Fundado em 1967 pelo Partido Comunista Marxista-Leninista (PC-ML), o EPL tinha uma tendência maoísta e adotava uma linha de radicalismo agrário armado e a noção de guerra popular prolongada.



A partir de 1992 os Castaño entram em uma guerra sangrenta contra seus antigos sócios e, mais especificamente, contra Pablo Escobar, contra o qual realizam uma caçada por meio do grupo Perseguidos por Pablo Escobar (*Los Pepes*). O grupo – que contribuiu ativamente para o assassinato do chefe do cartel de Medellín, em 1993 – foi descrito por Carlos Castaño como o primeiro grupo paraestatal da Colômbia em seu significado estrito: “*Fomos tolerados pelo Ministério Público, pela Polícia, pelo Exército, pelo DAS e pela Procuradoria-Geral da República, e o próprio Presidente César Gaviria Trujillo nunca ordenou que nos perseguissem [...]*” (Aranguren Molina, 2001, p. 63, tradução nossa)<sup>18</sup>.

#### 4. OS PARAMILITARES COMO ATORES POLÍTICOS NO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO: AS ACCU E AS AUC

Em 1994, Carlos Castaño dá início a seus esforços para dar *status* político a seus grupos paramilitares, batizando aquelas que seriam a primeira versão das AUC, as *Autodefensas Campesinas de Córdoba y Urabá* (ACCU). Em sua biografia, o líder paramilitar conta que a primeira direção das autodefesas foi formada também por Salvatore Mancuso, “Jorge 40”<sup>19</sup> e “Rodrigo Doble Cero”<sup>20</sup>. Esse último não apenas ajudou a escrever os estatutos das autodefesas como coordenou a primeira escola de paramilitares das ACCU na fazenda “La 35”, treinando soldados de 1994 até 2003 (Fiscalía 13 Unidad Nacional de Justicia y Paz, 2016).

De acordo com a investigação de Castro Caycedo (1996, citado por Verdad Abierta, 2010)<sup>21</sup>, até o estabelecimento de seu chamado bloco Bananeiro, as ACCU agiram no eixo em grupos que se dividiam de acordo com a consolidação da guerrilha. Em áreas de controle guerrilheiros, agia o grupo de Choque, composto por uma média de 40 homens e de caráter ofensivo, que localizava e atacava a guerrilha em seu próprio território. Em

<sup>18</sup> “Fuimos tolerados por la Fiscalía, la Policía, el Ejército, el DAS y la Procuraduría, y el propio presidente César Gaviria Trujillo nunca ordenó que se nos persiguiera [...]”.

<sup>19</sup> Batizado como Jorge “40”, Rodrigo Tovar Pupo participava do tráfico de armamentos com Mancuso em Bogotá e se tornaria comandante do bloco Norte das autodefesas. [Verdad Abierta (2008). ‘Jorge 40’, Rodrigo Tovar Pupo. 29 Dez. Disponível em: <http://www.verdadabierta.com/victimarios/los-jefes/691-perfil-rodrigo-tovar-pupo-alias-jorge-40>. [Acesso em: 20 Jul. 2017]].

<sup>20</sup> “Rodrigo Doble Cero” ou “Rodrigo Franco”, cujo nome real era Carlos Mauricio García, era um ex-militar de Medellín que havia se retirado do Exército em 1988, quando começou suas atividades paramilitares ao lado dos Castaño, tendo colaborado com os Pepes. Seria o comandante do bloco Metro das ACCU.

<sup>21</sup> Verdad Abierta (2010). *Bloque Bananero*. 6 Out. Disponível em: <http://www.verdadabierta.com/victimarios/832-bloque-bananero#3>. [Acesso em: 6 Jul. 2017].



áreas em disputa os grupos paramilitares eram formados também por camponeses locais, que recebem armamento de guerra, mas não são tão treinados como os grupos ofensivos. Nas áreas em que a guerrilha havia sido totalmente expurgada, por sua vez, agiam os grupos de base, formada pela população civil e campesinato, que formavam redes de inteligência e comunicação. Uma vez consolidado, o bloco Bananeiro cuidava da segurança na região e dos pontos de entrada da produção de banana, drogas e armamentos.

Assim, o modelo aplicado em Urabá se expandiu para outras regiões, *“seguindo o mesmo modus operandi, que se concentrou não tanto em manter confrontos abertos com a insurgência, mas sim em atingir suas ‘bases de apoio’; [...]”* (Observatorio del Programa Presidencial de Derechos Humanos y DIH, 2010, *tradução nossa*)<sup>22</sup>. Com o pleno domínio sobre Córdoba e Urabá, as ACCU seriam a coluna vertebral da expansão paramilitar na Colômbia, e até 1997 já haviam dominado a Costa Caribe, Catatumbo e as planícies orientais.

No dia 18 de abril de 1997, ocorreu aquela que seria Primeira Conferência Nacional das *Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC), quando os sete grupos paramilitares consolidados em Antioquia, Córdoba, Magdalena, Santander, Boyacá, Casanare e Meta lançam a confederação de “autodefesas”. Em sua carta constitucional, as AUC definiam-se como um *“movimiento político-militar de carácter antissubversivo no exercício do uso do direito à legítima defesa, que exige transformações do Estado, mas não atenta contra ele”* (AUC, 1997, *tradução nossa*)<sup>23</sup>. O documento ainda traz que as AUC seguiriam os mesmos preceitos das ACCU, dentre os quais: ter bem definidos seus princípios antissubversivos e uma clara projeção política; não abandonar a luta enquanto a guerrilha estiver em pé de guerra; compromisso inevitável de deixar as armas apenas como fruto de uma negociação trilateral; não envolver suas frentes em atividades no narcotráfico; assumir a responsabilidade por suas ações militares.

<sup>22</sup> “[...] siguiendo el mismo modus operandi, que se centraba no tanto en mantener confrontaciones abiertas con la insurgencia, sino más bien en golpear a sus ‘bases de apoyo’; [...]”

<sup>23</sup> “[...] movimiento político-militar de carácter antissubversivo en ejercicio del uso del derecho a la legítima defensa, que reclama transformaciones del Estado, pero no atenta contra él”.



De acordo com seu Estatuto de Constituição (1998), as AUC eram formadas por três estruturas básicas: estamento político, organização militar e estruturas de condução e coordenação. O estamento político apoiava-se no movimento *Colombia Libre*, que representaria as comunidades afetadas pela violência subversiva. Na prática, *Colômbia libre* foi o nome utilizado no portal eletrônico das AUC (*colombialibre.org*)<sup>24</sup> e na edição de material propagandístico.

Em relação a sua estrutura militar operativa, as AUC dividiam-se em blocos, frentes, companhias, grupos, seções e esquadras. É interessante ainda constatar como as AUC procuraram copiar as estruturas dos exércitos guerrilheiros<sup>25</sup> em seu discurso político, com a intenção de serem reconhecidas como antítese das guerrilhas. Suas unidades receberam nomes notavelmente semelhantes aos da insurgência, como os blocos Resistencia Tayrona e Cacique Nutibara, que, como os fronts guerrilheiros, homenageavam a resistência anticolonial indígena (Zelik, 2015, p. 109).

No entanto, os documentos oficiais a respeito da estrutura e composição das AUC mostraram-se contraditórios em relação ao que foi verificado na realidade, que mostrava unidades muito mais instáveis e irregulares do que os esquemas disponibilizados por Carlos Castaño. Em suas declarações para a Justiça Colombiana, Salvatore Mancuso alegou que as AUC era uma organização bem mais “virtual”, e que o mando único político e hierarquizado apenas existia “[...] *na imaginação febril do Comandante Castaño, sempre preocupado que a opinião pública visualizasse as Autodefesas como o avesso exato da*

<sup>24</sup> Segundo a investigação do portal Verdad Abierta, o endereço foi criado em 27 de abril de 1999 e ficou no ar por seis anos. Em 2008, quando terminava o processo de desmobilização das AUC, o portal passou a se chamar *Movimiento Nacional de Autodefensas Desmovilizadas*, funcionando até 22 de agosto daquele ano. Além do conteúdo sobre as AUC e seus blocos, o portal ainda trazia comunicados das autodefesas, análises de conjuntura e notícias de outros veículos sobre a organização. As tentativas das AUC de realizar um mimetismo com a guerrilha incluíram a apresentação de uma plataforma política e dos nomes de figuras heroicas de suas estruturas, como já mencionado. Parte do vocabulário utilizado pelas autodefesas – que inclui termos como *liberdade e opressão, cidadania, autonomia, paz, direitos humanos, vida, ecologia e ecopedagogia* – também integra a estratégia de imitar o discurso insurgente. O registro do portal está disponível pelo Archive.org: <http://web.archive.org/web/20030201081514/colombia-libre.org/colombialibre/pp.asp>. [Verdad Abierta (2011). *Página web Colombia Libre*. 10 Fev. Disponível em: <http://www.verdadabierta.com/victimarios/3000-pagina-web-colombia-libre>. [Acesso em: 12 Jan. 2018]].

<sup>25</sup> Segundo seus documentos, as estruturas de condução e coordenação correspondiam, por sua vez, aos máximos órgãos colegiados de direção geral, regional e local, isto é, o Estado Maior conjunto, os Estados Maiores Regionais e as Cúpulas, respectivamente. O Estado Maior conjunto era formado pelo Comandante Geral das AUC, pelos comandantes dos Estados Maiores Regionais e pelas estruturas políticas da organização. Os Estados Maiores Regionais eram formados por membros das Juntas de Autodefesa Regionais e pelos comandantes dos blocos e frentes que operavam nas respectivas regiões. As Cúpulas, por sua vez, eram estruturas de condução e coordenação zonais e regionais integradas pelos comandantes das companhias, grupos, seções e esquadras.



*guerrilha, [...]” (citado por Zelik, 2015, p. 109, tradução nossa)<sup>26</sup>. Mancuso declarou também que as AUC seriam mais uma “confederação de federações” e que os organogramas e estatutos refletiam um esquema de funcionamento ideal, tendo sido impossível aplica-los pelo caráter extremamente federalizado da organização. “Além disso, o informal prevaleceu sobre o formal e mesmo a jurisdição territorial de cada um dos blocos era extremamente indefinida e confusa” (Mancuso, 2006 e 2011 citado por Centro Nacional de Memória Histórica, 2012, tradução nossa)<sup>27</sup>.*

Na sentença do Tribunal Superior de Bogotá, o magistrado Eduardo Castellanos Rosso concluiu que as AUC foram uma aliança temporária e instável de diferentes donos de exércitos privados regionais e narcotraficantes que convergiram no início do século XXI para aproveitar as oportunidades de um marco jurídico flexível do processo de paz com o governo central (Tribunal Superior de Bogotá, 2017, p. 112). A mesma sentença cita ainda o episódio das vendas de *franquias* a narcotraficantes, que “compravam” soldados e armamentos das AUC e conformavam estruturas paramilitares em seus respectivos territórios. Durante o processo de desmobilização das AUC com o governo, a partir de 2002, esses chefes narcotraficantes se apresentaram como comandantes paramilitares buscando ocultar sua participação no narcotráfico, ficando conhecido como “os paraquedistas”.

As recentes conclusões do tribunal vão ao encontro da tese de Gustavo Duncan (2015), o qual aponta que as “autodefesas” eram, antes de tudo, exércitos fragmentados, que cumpriam funções de Estado em um território, sob o comando de um “homem forte” no local, necessariamente vinculado ao narcotráfico. O autor alega que as AUC foram resultado de um processo de transformação do paramilitarismo no país, pois já não se tratavam de grupos armados subordinados às Forças Armadas ou ao poder de narcotraficantes, mas exércitos de combatentes com doutrina, identidade simbólica (uniformes, escudos, hinos, etc.) e armamento de guerra a serviço de “senhores da guerra”, que se tornam autoridades locais.

<sup>26</sup> “[...] en la imaginación febril del comandante Castaño, preocupado siempre porque la opinión pública visualizase a las Autodefensas como la contracara exacta de las guerrillas, [...]”.

<sup>27</sup> “Además, lo informal primaba sobre lo formal e inclusive la propia jurisdicción territorial de cada uno de los bloques era sumamente indefinida y confusa”.



A violência exacerbada praticada pelas AUC<sup>28</sup> obedecia a um cálculo preciso. A funcionalidade dos massacres consistia em intimidar a população, disciplinar habitantes das regiões estratégicas ou fazê-los fugir (Zelik, 2015, p. 186). Conforme o estudo de Romero (2003, citado por Quijano Mejía e Diaz Mateus, 2004), o terror e a destruição de laços coletivos correspondem a uma primeira fase da estratégia de expansão de controle territorial dos grupos paramilitares. A segunda fase desse processo é de consolidação militar, mediante a realização de assassinatos seletivos de opositores e a penetração nas estruturas econômicas, sociais e políticas da comunidade, impondo tributos a pecuaristas, comerciantes e população em geral, além da compra de terras dos camponeses aterrorizados pela violência e pressão sobre a administração local para usurpar recursos. A terceira etapa consiste na consolidação de uma base social através da criação de fundações e cooperativas que realizam trabalhos comunitários com a população local. O paramilitarismo busca, da mesma forma, controlar as universidades da região. Na quarta e última fase, o domínio sobre o território é total, e a oposição àquele, praticamente inexistente (Quijano Mejía e Diaz Mateus, 2004, p. 56).

Assim, de 1997 a 2002, as AUC lograram um controle absoluto em vastos setores do Caribe, Urabá e a parte central do rio Magdalena; uma dominação relativa no nordeste e em setores localizados de Medellín; e com presença menor nas regiões oriental e sul do país (Planícies orientais, Valle, Nariño e Putamayo)<sup>29</sup>.

Conforme Franco Restrepo (2009), a luta contrainsurgente requiere tanto o poder das armas como da construção da legitimidade para assegurar o sentido da dominação política, desenvolvendo um conjunto de práticas e mecanismos que se desenvolvem através da intersecção das duas unidades antitéticas, legalidade-ilegalidade e repressão e consenso<sup>30</sup>. Trata-se, de um lado, de legitimar o projeto que encarna o Estado, usando

<sup>28</sup> As AUC são responsáveis pelos crimes de guerra mais atrozes da história do país, como, por exemplo, os massacres 1997 em Mapiripán (Meta), o de 1998 em Barrancabermeja (Santander), a de 1999 em La Gabarra (Norte de Santander) e a de 2000 em El Salado (Sucre).

<sup>29</sup> *El Tiempo* (2004). *El mapa de la influencia 'para'*. 26 Set. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-1582844>. [Acesso em: 29 Set. 2020].

<sup>30</sup> “[...] En la primera, cierta conformidad con la ley cumple una función en la legitimación u organización del consenso. En la segunda unidad, que es presupuesto fundamental de las relaciones de dominación política, el uso de la fuerza dentro o fuera de la legalidad es tan importante a los fines de conservación del poder como la búsqueda de adhesión de la población. La coerción, si bien es fundamental, no es suficiente en el ejercicio de la dominación, pues ninguna forma de poder ha estado exenta de la pregunta por la legitimidad.” (Franco Restrepo, 2009, p. 423).



o recurso à guerra contra uma fração da população e, de outro, de buscar socavar a legitimidade do inimigo. Os principais instrumentos de persuasão são a propaganda<sup>31</sup>, que contou com importante respaldo da mídia tradicional, e a desinformação, na qual tem importância a atuação de veículos de comunicação próprios da organização contrainsurgente (Franco Restrepo, p. 424).

Essa campanha midiática ficou clara durante maior parte do período de atuação das AUC, pois os veículos de comunicação tradicionais reproduziram e divulgaram as teses paramilitares por muito tempo antes de começarem a denunciar os crimes das autodefesas. Um dos exemplos da construção de uma imagem humanizada dos paramilitares é a forma como o próprio Castaño ganhou visibilidade nos principais meios, retratado como um “cidadão de bem” e, de forma heroica, um “Robin Wood” da classe média (Zelik, 2015).

Estrada (2010) realiza um trabalho de análise do discurso de Castaño em uma série de falas que o líder das AUC fornece aos principais veículos de comunicação, em especial, a emblemática entrevista para o canal Caracol, em 1º de março de 2000<sup>32</sup>, a qual parece ter sido destinada a “fazer história” e foi recebida pela imprensa e pelos meios em geral como parte de sua estratégia para lograr reconhecimento político e legitimidade (Estrada, 2010, pp. 3-4). Outra importante estratégia midiática para a promoção das AUC realizada por Castaño foi a publicação, em 2001, de sua biografia, escrita pelo jornalista conservador Mauricio Aranguren Molina, intitulada *Mi Confesión*.

Enquanto as autodefesas conquistavam cada vez mais espaço nas instituições, tendo chegado a dominar 35% do Congresso Nacional nas eleições de 2002<sup>33</sup>, as Farc-EP perdiam boa parte do apoio da população, em parte por suas próprias ações bélicas, e, por outra parte, pela campanha midiática empregada pelo bloco de poder

<sup>31</sup> Também chamada de *contrapropaganda*, a propaganda contrainsurgente conta com múltiplas técnicas que abarcam a configuração de organizações de produção ideológica, estratégias de comunicação e mobilização, tendo como exemplos: a formação de centros de pensamento, organizações beneficentes burguesas e observatórios de meios; contra desinformação, isto é, a divulgação de uma informação verdadeira para se contrapor a uma ação política do inimigo e mostrá-lo como mentiroso; e a criação e mobilização de uma opinião pública favorável não apenas aos objetos como também aos meios da luta contrainsurgente, dentre outras técnicas. (Federación de Organizaciones No Gubernamentales Verdad Colombia, 2007, citado por Franco Restrepo, 2009, pp. 427-28)

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qCLVYxmwWIE> [Acesso em: 20 Mai. 2017].

<sup>33</sup> Esse fato, desatado em 2006, processo que ficou conhecido como ‘escândalo da parapolítica’, levou a prisão de dezenas de parlamentares, incluindo o primo de Álvaro Uribe, acusado de envolvimento com paramilitares.





contrainsurgente<sup>34</sup> nos principais meios de comunicação, gerando confusão e desconfiança ao atribuir massacres de autoria paramilitar às guerrilhas. O Plano Colômbia (2000) que, em teoria, fora assinado para combater a explosão da produção de narcóticos e modernizar os aparatos policiais e militares colombiano nos marcos da “guerra às drogas”, na prática serviu para, principalmente, golpear a economia cocaleira nas zonas das Farc (Hylton, 2010).

Os paramilitares, longe de serem golpeados pelo Plano Colômbia, saíram fortalecidos desse processo, obtendo inclusive vantagens econômicas<sup>35</sup> e tendo suas regiões praticamente poupadas das investidas militares e fumigações. No que tange às relações das autodefesas com o Estado, a expansão paramilitar foi uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que enfraquecia a soberania estatal, ajudava a fortalecê-la, pois suas ações justificavam intervenções militares por parte dos agentes estatais. Esse cenário abriu caminho para a política de Segurança Democrática de Álvaro Uribe<sup>36</sup>, eleito em 2002, contribuindo para a militarização crescente da sociedade colombiana e para o aumento da violência contrainsurgente.

---

<sup>34</sup> Franco Restrepo descreve a composição concreta deste bloco de poder contrainsurgente na Colômbia: na escala mais alta, o bloco de poder contrainsurgente articula os interesses competitivos expressados ou encarnados por porta-vozes de grupos econômicos ou fração hegemônica – como o Grupo Empresarial Bavaria e o Sindicato Antioqueño e associações gremiais e intergremiais que estes grupos integram, tal como a SAC; o oligopólios de meios de comunicação como aparato ideológico, caso dos grupos RCN e Caracol e dos jornais *El Siglo* e *El Tiempo*; empresas multinacionais com interesses específicos, como da British Petroleum, a Chiquita Brands, a Texaco, a Monsanto e a Coca-Cola; governo norte-americano, exemplificado por meio de ações de órgãos como a própria CIA e companhias militares estadunidenses, como Dyn Corp; e o Estado nacional, isto é membros das instituições estatais, como políticos, militares e membros da burocracia judicial. Na escala menor escala, esse bloco de poder se reproduz através da articulação de mercenários nacionais e estrangeiros da luta contrainsurgente, redes de poder político ou coalizões políticas dominantes regionais, força pública (brigadas e comandos de polícia), comerciantes (distribuidores ou intermediários), empresários do transporte, empresários de exploração mineira, camponeses ricos ou empresários (cafeicultores, floricultores, bananeiros, etc.), proprietários de terras, narcotraficantes, vítimas da violência, lumpenproletários e agentes paupérrimos em busca de sobrevivência, entre outros.

<sup>35</sup> Ballve, T. (2009). *El lado oscuro del Plan Colombia. Verdad Abierta*, 4 Jun. Disponível em: <https://verdadabierta.com/el-lado-oscuro-del-plan-colombia/>. [Acesso em: 20 Mai. 2017].

<sup>36</sup> Acusado de ter estreitas ligações com o paramilitarismo em sua terra natal, Antioquia, Uribe, uma vez eleito presidente, adota uma postura de se distanciar dos paramilitares, iniciando um controverso processo de desmobilização das AUC em Santa Fé de Ralito. A Lei de Justiça e Paz, referentes às condenações dos paramilitares participantes dos acordos, previa pena privativa de liberdade de um mínimo de 5 até 8 anos. Objeto de fortes críticas, a Lei foi modificada pela Corte Suprema de Justiça, que impôs que os paramilitares apenas poderiam rebaixar suas penas caso esclarecessem seus crimes.





## 5. CONCLUSÕES

A desmobilização das AUC, além de não ter significado, de forma alguma, o fim do paramilitarismo no país (conforme o exemplo dos grupos neoparamilitares<sup>37</sup>), tampouco significou uma derrota do projeto paramilitar e de seus objetivos. Pelo contrário: a violência paramilitar perpetrada contra sindicalistas, camponeses, partidos de esquerda e movimentos sociais facilitou a concretização dos objetivos econômicos das velhas e novas elites, através de processos de reconcentração de terras, que ficaram livres para os interesses da economia do narcotráfico e para a exploração predatória de recursos naturais. Além disso, a repressão aos trabalhadores da cidade e do campo facilitou a imposição da agenda neoliberal, com medidas de ajuste fiscal, privatizações e precarização do trabalho. A expansão paramilitar provocou, ainda, uma deterioração do conflito armado e a hipertrofia militar das guerrilhas. Esses fatores, somados à estratégia midiática das AUC junto aos meios de comunicação tradicionais, contribuíram para desacreditar, ainda mais, os grupos guerrilheiros, especialmente entre a população dos grandes centros urbanos, que não é afetada diretamente pela guerra.

O recrudescimento do conflito armado, os deslocamentos forçados e a crise da hegemonia das esquerdas foram fatores que prepararam o terreno para o Plano Colômbia e a chamada segurança democrática de Álvaro Uribe, que promoveram uma militarização ainda maior da sociedade colombiana. Nesse sentido, em concordância com a tese de Zelik (2015), o paramilitarismo é uma estratégia político-militar de transformação autoritária da sociedade e do Estado, pois ao mesmo tempo em que afeta o monopólio estatal sobre o uso da força, contribui para uma implantação ainda mais arbitrária de dito monopólio.

Interpretamos que o fenômeno das Autodefesas Unidas da Colômbia representou uma continuidade e, ao mesmo tempo, uma transformação na história do paramilitarismo no país. Continuidade por vir de um processo que remonta desde o fim dos anos 70, com a emergência de uma classe de contrabandistas e narcotraficantes e sua aliança com setores políticos e militares no combate às insurgências, armadas ou não. Transformação porque a criação de federações de exércitos paramilitares nos anos 90

---

<sup>37</sup> Conhecidos também como *Bandas Criminales* (BACRIM).



que planteavam o reconhecimento político representou uma sofisticação dentro dessa mesma estratégia paramilitar, aperfeiçoando suas táticas de guerra midiática. Assim, as AUC podem ser vistas como um aperfeiçoamento do paramilitarismo, com a expansão das ações militares – com exércitos bem-treinados e equipados, o que mais tarde foi beneficiado pelo Plano Colômbia – e pelo refinamento de operações de criação de consenso pela estratégia midiática.

O estudo do paramilitarismo apresenta-se de fundamental relevância para a compreensão dos conflitos contemporâneos, pois a participação de civis e mercenários é um dos pilares das doutrinas de contrainsurgência promovidas, principalmente, pelos Estados Unidos e Israel. A contrainsurgência atual continua a justificar as intervenções militares em países periféricos, agora com participação importante de empresas militares privadas, bem como a implantação de Estados de exceção e da desastrosa política de guerra às drogas.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 6.1. LIVROS E ARTIGOS

Cantor, R. V. (2015). 'La dimensión internacional del conflicto social y armado en Colombia: injerencia de los Estados Unidos, contrainsurgencia y terrorismo de Estado', In: Estrada Álvarez, J. (Ed.), *Conflicto social y rebelión armada en Colombia: ensayos críticos*, Bogotá: Gentes del Común, pp. 373-442.

Cardona Chaves, J. P. (2014). 'Tres hipótesis acerca del fenómeno paramilitar en Colombia', *Pensamiento Jurídico*, 0(40). Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/peju/article/view/48904>. [Acesso em: 7 Out. 2017].

Comblin, Pe. J. (1978), *A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Duncan, G. (2015) *Los señores de la guerra*, Bogotá: Debate.



Estrada, F. (2010). 'Paramilitary Language in the Colombian Armed Conflict: The speech of Carlos Castaño', *Working Paper - Language Philosophy*. Disponível em: [https://works.bepress.com/fernando\\_estrada/26/](https://works.bepress.com/fernando_estrada/26/). [Acesso em: 8 Out. 2017].

Franco Restrepo, V. L. (2009) *Orden contrainsurgente y dominación*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Instituto Popular de Capacitación.

Hylton, F. (2010) *A revolução colombiana*. São Paulo: Editora da UNESP.

Kalyvas, S.; Arjona, A. M. (2005) 'Paramilitarismo: una perspectiva teórica', In: Rangel, A. (Ed.), *El poder paramilitar*, Bogotá: Fundación Seguridad y Democracia - Planeta, pp. 25-45.

Quijano Mejía, C. H.; Diaz Mateus, L. A. (2004). *El ejercicio del castigo en la relación entre actores armados ilegales y población civil: Caso Barrancabermeja, 1998-2003*. Trabalho de Conclusão de Curso (Trabalho Social)/Universidade Industrial de Santander.

Romero, M. (2003). *Paramilitares y autodefensas, 1982-2003*. Bogotá: Planeta e Universidad Nacional de Colombia.

Zelik, R. (2015) *Paramilitarismo: violencia y transformación social, política y económica en Colombia*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.

## 6.2. DOCUMENTOS

Autodefensas Unidas de Colombia. (1997). *Constitución de las Autodefensas Unidas de Colombia*. Urabá, 18 Abril.

\_\_\_\_\_. (1998). *Estatuto de Constitución y Regimen Disciplinario*. 18 Maio.

Aranguren Molina, M. (2001) *Mi confesión: Carlos Castaño revela sus secretos*. Bogotá: Oveja Negra.

Fiscalía 13 Unidad Nacional de Justicia y Paz. (2016). *Bloque Héroes de Tolová - Sentencia Primera Instancia*. Sala de Justicia y Paz – Tribunal Superior de Medellín, Medellín, 7 Julho. Disponível em: <http://www.urosario.edu.co/Facultad-de-Jurisprudencia/Grupos->



Investigacion/Derecho-Internacional/Sentencias/2016/03-2016-14-Sentencia-del-Tribunal-Superior-de-Mede.pdf. [Acesso em: 20 Out. 2017].

Observatorio del Programa Presidencial de Derechos Humanos y DIH. (2010). *Dinámica reciente de la confrontación armada en el Urabá antioqueño*. Disponível em: [http://historico.derechoshumanos.gov.co/Observatorio/Publicaciones/documents/2010/Estu\\_Regionales/uraba.pdf](http://historico.derechoshumanos.gov.co/Observatorio/Publicaciones/documents/2010/Estu_Regionales/uraba.pdf). [Acesso em: 13 Mar. 2018].

Tribunal Superior de Bogotá – Sala de Justicia y Paz. (2017). *Sentencia a Indalecio José Sánchez Jaramillo, alias 'Freddy'*. Bogotá, 23 Maio. Disponível em: <http://www.pensamientopenal.com.ar/system/files/2017/07/fallos45490.pdf>. [Acesso em: 12 Jan. 2018].

